



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

[rbe@anped.org.br](mailto:rbe@anped.org.br)

Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Educação  
Brasil

ANPEd/ Carta de Caxambu ao povo e às autoridades constituídas  
Revista Brasileira de Educação, núm. 16, jan-abr., 2001, pp. 116-117  
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação  
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501612>

- Como citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica  
Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal  
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

# Documentos

## ANPEd/ Carta de Caxambu Ao Povo e às Autoridades Constituídas

Em resposta a todas as iniciativas que determinam, atualmente, o aviltamento e a deterioração da educação no país, considerando os princípios e compromissos que orientam historicamente sua prática, a ANPEd – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação vem a público:

- denunciar as graves circunstâncias que ameaçam a construção desse projeto coletivo e democrático de educação pública, gratuita e de qualidade;
- reafirmar seu irrestrito compromisso com a instituição do direito à educação, como sentido e como prática;
- rejeitar a submissão da política educacional às orientações de organismos financeiros internacionais;
- conclamar a sociedade brasileira a compartilhar de suas preocupações e reivindicações.

A desmedida centralização na condução dos destinos da educação pública, o sistemático desprezo pelos pronunciamentos dos fóruns e instâncias de deliberação colegiada, bem como o recurso, cada vez mais frequente, a procedimentos burocráticos impositivos estão entre as tendências de gestão governamental que ferem as dis-

posições, os interesses e as mais firmes convicções do coletivo que a ANPEd representa. Assim, a Associação conclama todos aqueles para quem a educação, mais do que um privilégio de poucos, constitui-se em direito de cada um, a denunciar o autoritarismo expresso:

- pelas atuais políticas de avaliação centralizadas nos resultados em todos os níveis de ensino e sua utilização como instrumento do Estado de Regulação Social;
- pelo descomprometimento com a educação infantil e de jovens e adultos;
- pela ausência de políticas concretas para a educação de todos os grupos étnicos constituintes da nação brasileira, assim como dos portadores de necessidades especiais;
- pelas políticas de exclusão relativas à educação no campo;
- pelo desvirtuamento do sentido de autonomia universitária que obriga as IES a buscar fontes alternativas de recursos para garantir a concretização das finalidades de ensino, pesquisa, extensão e práticas culturais.
- pela introdução de um novo modelo de pós-gra-

duação *stricto sensu* que induz à descaracterização da formação à pesquisa, mediante a implantação de mestrados profissionalizantes – supostamente capazes de substituir, em alguns casos, o mestrado acadêmico;

- pelo progressivo aligeiramento da formação de professores, em cursos que visam apenas à certificação formal daqueles que se deveriam qualificar para o exercício da profissão;
- pela adoção de procedimentos que, fazendo uso indevido de instrumentos da democracia, previstos constitucionalmente, como as «audiências públicas», acabam por dissimular práticas que legitimam decisões unilaterais e restritivas.
- na concentração de tecnologia em favor de poucos, em detrimento do amplo acesso da população;

Eis porque, reunidos em Caxambu, os associados da ANPED reafirmam suas históricas posições quanto à exigência de:

- efetiva universalização da educação básica para crianças, jovens e adultos;
- garantia de uma universidade pública, gratuita e de qualidade social;
- condições dignas de trabalho, remuneração, carreira, formação inicial e continuada dos profissionais de todos os níveis e modalidades da educação;
- recursos que possibilitem a garantia de atendimento público e de qualidade das necessidades educacionais em todos seus níveis e modalidades;
- recursos compatíveis com a necessidade de ga-

rantir a regularidade, expansão e autonomia nacional da pesquisa e da formação de pesquisadores;

- participação efetiva da sociedade nos processos de concepção, implementação e avaliação da educação pública brasileira;
- processos de avaliação dos programas de pós-graduação que contemplem plenamente o exercício da liberdade acadêmica e científica;
- apoio aos projetos educacionais dos movimentos sociais do campo;
- implementação de mecanismos que divulguem e que incorporem as contribuições que o avanço da pesquisa educacional, em seus diversos campos, vem oferecendo à sociedade brasileira;
- democratização do acesso e do uso criativo e crítico das novas tecnologias, bem como a implementação de políticas de ciência e tecnologia voltadas para o atendimento das necessidades da população brasileira.

Assim, esperam os três mil pesquisadores e pesquisadoras, docentes e estudantes signatários dessa carta expressar sua contribuição ao movimento mais amplo que, delineado em todo o mundo e, em especial, na América Latina, realiza a criação de alternativas democráticas para os países desse continente.

*Caxambu, 28 de setembro de 2000, no centenário de nascimento do educador Anísio Teixeira, defensor da democracia educacional brasileira.*